

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## Militantes portugueses e a Insurreição Anarquista (Rio de Janeiro, 1918) – micro-história, trajetórias, biografia e prosopografia

### Considerações Iniciais

A pesquisa sobre a classe operária brasileira tem prestado progressiva atenção às conexões que articulam as experiências dos trabalhadores do país, investigando as relações entre as escalas local, interestadual e transnacional,<sup>1</sup> acompanhando, assim, uma tendência verificada na história do trabalho internacional.<sup>2</sup> Tal percepção verifica-se também na historiografia que se debruça sobre o fenômeno do anarquismo, a qual destaca o caráter eminentemente translocal do movimento.<sup>3</sup> Nesse sentido, a compreensão das vinculações transatlânticas entre Brasil e Portugal, no que diz respeito ao processo de formação das respectivas classes operárias nacionais, bem como de seus movimentos organizados, ganha importância.

Na turbulenta conjuntura do pós-guerra e do período que se seguiu ao advento da Revolução Russa, centenas de militantes anarquistas e sindicalistas, radicados na capital brasileira e em cidades próximas, organizaram uma insurreição paralela às greves generalizadas de operários têxteis, metalúrgicos, trabalhadores da construção civil e canteiros de pedreiras. O objetivo dos insurretos era instaurar no país uma República de Operários e Soldados, de caráter soviético.<sup>4</sup> Apesar do fracasso da sublevação, se examinada a partir de uma abordagem que privilegia a análise das trajetórias dos

---

<sup>1</sup> BATALHA, Batalha, Cláudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências”. In: Freitas, Marcos Cezar de. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 148.

<sup>2</sup> Ver, por exemplo: LINDEN, Marcel van der. “História do Trabalho: o velho, o novo e o global”. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 1, janeiro-junho 2009, p. 11-26.

<sup>3</sup> Ver, entre outros: ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: Anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas: Editora da UNICAMP; Fortaleza: Editora da UECE, 2014; TURCATO, Davide. “Italian Anarchism as a transnational movement 1885-1915”. In: *IRSH*, n. 52, 2007, p. 407-444; HIRSCH, Steven. “Without Borders: Reflections on Anarchism in Latin America”. In: *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe (E.I.A.L.)*, vol. 22, 2011; e THOMAS, José Juliano Llaguno. “Ação local e audiência global: a presença anarquista na América Central segundo suas fontes documentais (1910-1930)”. In: *verve*, revista semestral autogestionária do Nu-Sol, n. 31, 2017, p. 63-96; SHAFFER, K. (2011) *Contesting Internationalists: Transnational Anarchism, Anti-Imperialism and US Expansion in the Caribbean, 1890s-1920s*. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, 22 (2), p. 11-38.

<sup>4</sup> Sobre a denominada Insurreição Anarquista, ver: ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1986; NÉBIAS, Wellington Barbosa. *A Greve Geral e a Insurreição Anarquista de 1918 no Rio de Janeiro: um resgate da atuação das associações de trabalhadores*. Rio de Janeiro: PPG em História da UFRJ – (Dissertação de Mestrado) – 2009.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

militantes envolvidos, a denominada Insurreição Anarquista, vértice e ponto de convergência de percursos de dezenas de ativistas de localidades diversas, pode ser considerada um evento capaz de desvelar a urdidura das redes de relações e militância libertárias tecidas ao longo da Primeira República no Rio de Janeiro. Seu estudo pode auxiliar, portanto, na identificação e análise dessas redes, uma vez que é possível observar a atuação de muitos dos revoltosos de 1918 nas mais diversas iniciativas anarquistas, nas esferas sindical, cultural e educacional do período.

O Rio de Janeiro, sede da República e centro político, administrativo e financeiro do Brasil, concentrando as organizações de representação operária em nível nacional e cujo porto era a principal porta de entrada para o país, apresentava-se como importante nexo de circuitos intensamente frequentados por trabalhadores, nacionais e imigrantes, e por ativistas do movimento anarquista transnacional e interestadual. Estima-se, com base no Censo de 1920, que cerca de 35% dos trabalhadores industriais radicados na capital republicana era constituído de estrangeiros,<sup>5</sup> o que diferenciava a situação carioca daquela experienciada em São Paulo, por exemplo, onde o elemento imigrante era preponderante nas fábricas e serviços. Sendo assim, os trabalhadores nacionais tinham grande participação nos mais diversos ramos laborais, tornando o cenário mais diversificado em termos raciais e de nacionalidades do que no território paulista.

Contestando certa visão historiográfica que associa mecanicamente o fenômeno do anarquismo à imigração no Brasil, ao ressaltar a excepcional radicalidade dos imigrantes italianos em detrimento da experiência de outros trabalhadores nacionais e estrangeiros,<sup>6</sup> este estudo tem como objetivo analisar e compreender a atuação dos militantes portugueses nas redes de militância que organizaram e realizaram a Insurreição Anarquista de 1918. Esta meta justifica-se, além disso, pela constatação de ter ocorrido uma tentativa insurrecional similar em terras lusas, exatamente no mesmo 18 de novembro de 1918,<sup>7</sup> evento que sugere possíveis conexões transatlânticas entre os militantes dos dois países. De fato, como afirma a pesquisadora Angela Martins, em que

---

<sup>5</sup> BATALHA, Claudio H. M. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, p. 12.

<sup>6</sup> BATALHA, *O movimento operário*, op. cit., p. 7.

<sup>7</sup> SAMIS, Alexandre. *Minha pátria é o mundo inteiro: Neno Vasco, o Anarquismo e o Sindicalismo Revolucionário*. Rio de Janeiro, Editora Intermezzo, 2018, p. 435-442.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pese a relevante contribuição “dos imigrantes portugueses para o movimento anarquista” carioca, devido à densidade e extensão cronológica de sua atuação, esta é “uma história ainda por escrever”.<sup>8</sup>

Segundo Hebert Klein, apesar de não receberem tantos subsídios como outros grupos de imigrantes, os portugueses constituíam o número mais representativo de estrangeiros fixados nos dois maiores centros urbanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo o Brasil o principal destino dos lusos que deixaram sua terra natal em busca de melhores condições de vida e trabalho. Cooperou para isto, além de outros fatores, certas pressões estruturais, observadas pela incapacidade do crescimento econômico do país acompanhar o seu incremento demográfico. Assim, a “única solução para a população, predominantemente rural, era a emigração”.<sup>9</sup> Com amplo predomínio na população estrangeira da capital republicana (72% do contingente imigrante do Rio, segundo o Censo de 1920),<sup>10</sup> os lusitanos formavam a maioria também entre os estrangeiros que atuavam “na base do movimento operário” durante a Primeira República.<sup>11</sup> Confirmando essa presença majoritária, identificamos, dentre os insurretos de 1918, uma forte presença de imigrantes portugueses.<sup>12</sup> Dessa forma, também é nosso objetivo reavaliar o protagonismo dos ativistas portugueses no interior do movimento operário carioca, uma vez que, juntamente com os brasileiros, os lusitanos foram retratados como “mais passivos” comparados aos imigrantes italianos, majoritários na classe operária de São Paulo.<sup>13</sup>

Portanto, como atesta Francisco Martinho, uma vez que a historiografia do trabalho brasileira usualmente designou aos trabalhadores portugueses um grau menor de radicalidade e de combatividade do que italianos e espanhóis, por exemplo, “a história

---

<sup>8</sup> MARTINS, Angela Maria Roberti. “A experiência libertária de um português na Primeira República: uma análise da trajetória política e intelectual de Mota Assunção (1899-1910)”. In: MENEZES, Lená Medeiros de; SOUSA, Fernando de (Orgs.). *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico: Múltiplos olhares sobre a imigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017, p. 350.

<sup>9</sup> KLEIN, Herbert. “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”. *Análise Social*. Lisboa: ICS-UL. Vol. XXVIII (1993), p. 236. .

<sup>10</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996, p. 64.

<sup>11</sup> MENEZES, *Os indesejáveis*, op. cit., p. 72.

<sup>12</sup> Ver Gráfico 1 (Anexo).

<sup>13</sup> MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro 1890/1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 32.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dos portugueses no Brasil e no Rio de Janeiro em particular é, em geral, contada pela historiografia passando ao largo do movimento operário”.<sup>14</sup> De toda maneira, alguns pesquisadores debruçaram-se sobre a presença portuguesa nos mundos do trabalho durante a Primeira República brasileira. Sidney Chalhoub<sup>15</sup> analisou o cotidiano dos trabalhadores pobres no Rio de Janeiro de então em seus vários espaços de sociabilidade. As tensões entre portugueses e brasileiros foram alvo da atenção do estudioso, o que também constituiu o objeto da pesquisadora Gladys Ribeiro,<sup>16</sup> que interpretou o antilusitanismo corrente na capital republicana como uma forma de revanche contra o histórico de dominação colonial ao qual o Brasil esteve submetido.

Mas foi a pesquisadora Lená Menezes<sup>17</sup> quem mais aprofundou a análise sobre o papel dos imigrantes portugueses no conjunto da classe operária brasileira, bem como sua atuação nos movimentos operário e anarquista. Menezes verificou que o afluxo de imigrantes lusos para o Rio de Janeiro na virada do século XIX abrangeu principalmente “indivíduos pobres” originários das áreas rurais do norte e noroeste de Portugal. Como em geral não dominavam “os códigos urbanos”, possuíam “precária qualificação profissional” e não tinham relações familiares prévias no território brasileiro, “muitos desses estrangeiros compuseram um proletariado miserável”, sendo retratados pela linguagem policial de então como “sobras do arranjo social”, por isso expelidos de sua terra natal.<sup>18</sup> Premidos, já no Brasil, por duras condições de vida e trabalho, tenderam, em sua grande maioria, a permanecerem pobres. De fato, a distância entre o mito de enriquecimento e ascensão social nos trópicos e a realidade de privações era do tamanho de um oceano.

---

<sup>14</sup> MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “Imigração portuguesa e movimento operário no Rio de Janeiro da Primeira República”. In: MOURÃO, Alda e GOMES, Angela de Castro (Coord.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. Coimbra [s.n.], Universidade de Coimbra, 2014, p. 413. Disponível em <https://digitalis.uc.pt/handle/10316.2/35884>.

<sup>15</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores brasileiros da belle époque*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

<sup>16</sup> RIBEIRO, Gladys S. “*Cabras*” e “*Pés de Chumbo*”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987.

<sup>17</sup> MENEZES, *Os indesejáveis*, op. cit.

<sup>18</sup> MENEZES, Lená Medeiros. “Bastidores: um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro”. In: *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, pp. 85-98, jul/dez 1997, p. 72.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Foram justamente os nexos entre “a pobreza, a imigração e a contestação social”,<sup>19</sup> juntamente com condutas criminalizadas ligadas a uma concepção de não-trabalho como a mendicância e a vadiagem, que chamaram a atenção dos poderes constituídos, fazendo com que os portugueses que militavam em associações operárias ou que atuavam em organizações de caráter reivindicativo tornassem-se alvos regulares da repressão, através de prisões e expulsões – em conformidade ou ao arrepio da legislação vigente. O objetivo era manter a ordem social intocada, evitando, dessa maneira, a emergência de convulsões sociais. A respeito disso, Maram demonstra que as expulsões de estrangeiros entre 1907 e 1921 incidiram mais intensamente sobre os lusitanos do que qualquer outro grupo de imigrantes (Portugueses – 181; Italianos – 121; Espanhóis – 113; Outras nacionalidades – 131).<sup>20</sup>

Mais recentemente, contudo, a participação dos portugueses no movimento operário da Primeira República foi objeto de acalentadas reflexões e pesquisas. É o caso do estudo de Fernando Teixeira da Silva,<sup>21</sup> em relação à ação dos operários lusos radicados na cidade de Santos. Tendo por base fontes judiciais tais como processos de expulsão, além da imprensa operária, Silva identificou e analisou o protagonismo lusitano em virtude da intensa mobilidade e contatos que envolviam e ligavam ativistas dos dois lados do Atlântico. Outro exemplo dessa historiografia mais recente é a pesquisa de fôlego sobre a biografia do militante anarquista português, Neno Vasco, empreendida por Alexandre Samis,<sup>22</sup> que demole de modo peremptório a legenda do “imigrante radical” e da passividade do trabalhador nacional. Samis demonstra como a “década brasileira” foi determinante para a formação militante de Vasco, reconhecidamente uma das principais referências teóricas do anarquismo em língua portuguesa.

Afirmar a importância dos trabalhadores lusos para o movimento operário e anarquista brasileiro não significa, entretanto, corroborar a interpretação de Maram, segundo a qual “os imigrantes dominavam os sindicatos mais poderosos e influentes na capital federal”,<sup>23</sup>

---

<sup>19</sup> MENEZES, *Os indesejáveis*, op. cit., p. 72.

<sup>20</sup> MARAM, *Anarquistas, imigrantes...*, op. cit., p. 43.

<sup>21</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem padrões: os trabalhadores de Santos no entreguerras*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

<sup>22</sup> SAMIS, *Minha Pátria é o mundo inteiro*, op. cit.

<sup>23</sup> MARAM, *Anarquistas, imigrantes...*, op. cit., p. 19.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conformando, ademais, “a maioria da liderança do primeiro movimento operário brasileiro, e também de suas fileiras”.<sup>24</sup> A análise dos dados referentes ao perfil dos participantes da Insurreição Anarquista não permitem tal adesão sem críticas. Afinal, ainda que tenha havido uma relevante presença de portugueses entre os insurretos, é necessário observar que dos catorze militantes acusados de serem os principais organizadores da insurreição, dez eram brasileiros, três portugueses, aqui residentes de longa data, e apenas um espanhol, de chegada mais recente ao país.<sup>25</sup> Não parece pertinente, pois, erigir o mito do português radical em substituição à excepcionalidade da radicalidade dos italianos.

### **Micro-história, trajetórias, biografia e prosopografia - metodologia e fontes**

Este estudo compartilha a proposição de Clayton Godoy quanto à necessidade de se analisar os vínculos do movimento anarquista articulando as escalas transnacional, inter-regional e local. Reconhecer esse relacionamento implica um deslocamento de perspectiva que realce as relações entre o local e o global. Tal postura significa tomar essas relações como “vetor fundamental para explicar atuação dos ativistas no nível local”.<sup>26</sup> Ao pensar o anarquismo como um movimento social conformado numa “rede mais ou menos articulada de ativistas ao redor do globo”, de caráter eminentemente internacionalista, graças ao “compartilhamento da noção de pertencimento a um mesmo projeto transnacional”, os estudos de Godoy avançaram no sentido de superar a abordagem ancorada no nacionalismo metodológico.<sup>27</sup> Desenvolvendo essas proposições e baseando-se nos estudos de sociólogos norte-americanos sobre a teoria de redes, Mike Savage indica a centralidade dessas interconexões para o processo de formação da classe operária, esclarecendo que apenas “quando redes sociais vinculam pessoas, juntando-as, pode a ação coletiva ocorrer”.<sup>28</sup> Ao interpretar sociologicamente o anarquismo como um

---

<sup>24</sup> Idem, p. 13.

<sup>25</sup> LAMELA, Eduardo Carracelas. “As revoluções russas e suas interpretações pelos trabalhadores anarquistas no Rio de Janeiro na Primeira República”. In: ADDOR, Carlos Augusto; SANZ, Luiz Alberto; SAMIS, Alexandre (Orgs.). *História do Anarquismo*: volume 3, São Paulo: Entremares, 2021, p. 69.

<sup>26</sup> GODOY, Clayton Peron Franco de. *Ação Direta: Transnacionalismo, visibilidade e latência no movimento anarquista em São Paulo (1892-1908)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo – São Paulo, 2013, p. 29-30.

<sup>27</sup> GODOY, *Ação Direta*, op. cit., p. 28.

<sup>28</sup> SAVAGE, Mike. “Espaço, redes e formação de classe”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 5, jan./jun. 2011, p. 18.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

movimento social eminentemente translocal, ou seja, como um tipo específico de associativismo que atua articulando distintas escalas espaciais (local, regional, nacional e transnacional), Godoy também enfatiza a centralidade da análise das redes de sociabilidade, em especial daquelas nas quais se inseriam os ativistas libertários, pois

sob a aparente fluidez organizacional de seus grupos, instalaram-se redes complexas, heterogêneas e policêntricas de contatos pessoais ou interorganizacionais, responsáveis pela circulação de recursos, informações, e, eventualmente, pela coordenação em ações ou eventos políticos.<sup>29</sup>

Para atingir nosso propósito, mobilizaremos uma abordagem micro-histórica, com o foco nas trajetórias daqueles ativistas, numa análise de natureza prosopográfica. Não por acaso, o procedimento da micro-história focaliza sua observação na articulação entre o particular e o contexto, na tensão entre o individual e o coletivo, como via preferencial para construir uma compreensão histórica mais profunda de dada sociedade ou grupo social. Ao ajustar a “escala de observação” e “privilegiar a experiência dos atores”, buscase, sem render-se “à vertigem do individual”, “reconstruir” em torno dessa experiência o contexto que lhe dá sentido.<sup>30</sup> Ao valorizar o protagonismo dos atores, bem como a interação entre eles, não é objetivo da micro-história reconstituir uma trajetória individual como representante de determinado grupo social; pelo contrário, “vidas que se afastam da média levam talvez a refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social”, assinala Sabina Loriga. Seguindo essa lógica, e com o fito de não apagar as indiossincrasias inerentes a qualquer indivíduo, produzindo, assim, algo com uma hagiografia, a pesquisadora ressalta que “Apenas um grande número de experiências permite levar em consideração duas dimensões fundamentais da história: os conflitos e as potencialidades”.<sup>31</sup>

Torna-se, por conseguinte, fundamental empregar a abordagem prosopográfica na pesquisa ora proposta. De acordo com Lawrence Stone, o uso deste método permite

---

<sup>29</sup> GODOY, *Ação Direta*, op. cit., p. 49.

<sup>30</sup> REVEL, Jacques. “Apresentação”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 12-13.

<sup>31</sup> LORIGA, Sabina. “A biografia como um problema”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 248-249.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

revelar características comuns de determinado grupo social em dado período histórico, favorecendo a observação de grupos sociais em suas dinâmicas internas e em seus relacionamentos com outros grupos e com o espaço de poder e, portanto, auxilia na compreensão de redes e configurações. Nesse caso, a grande preocupação é entender o conjunto e, assim, desenhar um perfil coletivo do grupo de atores, mais do que se concentrar exclusivamente num indivíduo ou instituição.<sup>32</sup> Essa perspectiva analítica tem uma base simples, qual seja, definir uma população a partir de um ou alguns critérios e estabelecer assim uma descrição bibliográfica cujas as nuances possibilitarão traçar um perfil de sua dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política. Muitas vezes confundida com a biografia, a prosopografia “assemelha-se, no entanto, a uma sociografia, visto que a tarefa do prosopógrafo é a construção da biografia coletiva de um conjunto de indivíduos com aspectos comuns comparáveis, sejam eles o estrato social, função, atividades ou cargos”. Diferencia-se, dessa maneira, da biografia no que se refere ao foco e à abrangência da proposta.<sup>33</sup>

Ainda a fim de atingir seus objetivos, o estudo manejará uma metodologia com o foco no indivíduo e conjunto de indivíduos a partir de uma busca onomástica dos sujeitos encontrados no movimento anarquista carioca, partindo da bibliografia fundamental e do que as próprias fontes têm revelado.<sup>34</sup> Como fontes, ao lado da imprensa comercial e operária, salientam-se as policiais e judiciárias, tais como requerimento de *habeas corpus*, processos de expulsão de estrangeiros e prontuários policiais. Dessa variada documentação emergem trajetórias como, por exemplo, a dos portugueses: Ricardo Correia Perpétua,<sup>35</sup> empregado do comércio, que, após ser expulso do Brasil, continuou

---

<sup>32</sup> STONE, Lawrence. “Prosopography”. In: *Daedalus: journal of American Academy of Arts and Sciences*, vol. 100, nº 1, 1971, p. 46-79.

<sup>33</sup> FERNANDES, Fátima Regina. “A metodologia prosopográfica aplicada às fontes medievais: reflexões estruturais”. In: *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 5, n. 8, nov. 2011, p. 12. <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/297/234>, acessado em 27 de setembro de 2019.

<sup>34</sup> Sobre o método onomástico na pesquisa histórica, ver: GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 169-178.

<sup>35</sup> Arquivo Nacional, Petição de *Habeas Corpus*, Fundo Supremo Tribunal Federal, Série *Habeas Corpus*, Ref. 4588, N. 5408.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

seu ativismo libertário em território português;<sup>36</sup> Joaquim Moraes, que tentando escapar da repressão pós-insurreição na capital federal, fugiu para Vitória, Espírito Santo, seguindo de lá para Recife depois de alguns dias. Retornando ao Rio no início de 1919, Moraes continuou a militar no sindicato dos têxteis, o que lhe custou um processo de expulsão;<sup>37</sup> Albino Moreira Dias, também participante da insurreição e uma liderança pouco reconhecida da categoria dos têxteis do Rio de Janeiro e Petrópolis.<sup>38</sup> Dessa maneira, acreditamos que articulando e analisando tais trajetórias será possível traçar e reconhecer um perfil dos militantes portugueses envolvidos na sublevação de 1918.

### Conexões transatlânticas entre Brasil e Portugal

O perfil dos portugueses que emigravam para o Brasil era predominantemente composto por adultos do sexo masculino, em geral solteiros, oriundos da região norte de Portugal, como mencionado.<sup>39</sup> Assim, embora o Brasil fosse um destino atraente, no qual se falava o mesmo idioma, com um passado em comum, onde já existia uma rede consolidada de relações econômicas e comerciais e os salários para um trabalhador especializado eram bem maiores do que os praticados em Portugal,<sup>40</sup> a vida de muitos daqueles que partiram do território lusitano não melhorou do ponto de vista qualitativo.

Para o caso de nossa pesquisa, todavia, devemos matizar um pouco mais o perfil dos portugueses que participaram da organização e consecução da Insurreição Anarquista de novembro de 1918. De um total de 106 militantes identificados como participantes do levante, conseguimos apurar a nacionalidade de 58 ativistas. Desse montante, os portugueses totalizam 24; os brasileiros 22; 9 espanhóis e apenas três italianos. Ainda não nos foi possível determinar a origem de 48 insurretos.<sup>41</sup> Conseguimos encontrar no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro 39 prontuários relativos à entrada de acusados de participação na insurreição na Casa de Detenção da capital federal. Nessas

---

<sup>36</sup> RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos – Portugal, 1911-1912*. Editora Sementeira, SCARL, Lisboa, 1981, p. 186.

<sup>37</sup> Arquivo Nacional, Fundo Justiça – Expulsões, Módulo 101, IJJ 7 163.

<sup>38</sup> PIRES, Leila Cristina Pinto. *A trajetória de Albino Moreira Dias no movimento operário têxtil – Rio de Janeiro e Petrópolis (1906-1919)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Pós-Graduação em História (Dissertação – Mestrado), 2014.

<sup>39</sup> CRUZ, Sara Nogueira. *Emigração e expulsão: Repressão de anarquistas e comunistas portugueses no Brasil (1890-1930)*. Porto, Universidade do Porto (Dissertação – Humanidades), 2013, p. 7-8.

<sup>40</sup> KLEIN, “A integração social”, op. cit., p. 242.

<sup>41</sup> Ver Gráfico 1 (Anexo).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fontes, levantamos o número de casados (10 informaram estar nessa situação). Tal representatividade não corresponde ao perfil do imigrante português típico: homem, jovem e adulto, solteiro. Podemos ponderar que a questão familiar se emaranhava com as demandas da militância. Os riscos de sofrerem a pena de expulsão do país poderiam fazer com que os casados tivessem menos inclinação para participar de uma tentativa revolucionária, afinal, como ressalta Lená Menezes, “A expulsão era ato individual, que não abrangia a família. Como os indivíduos expulsos, em geral, eram pobres e partiam para serem presos em Portugal e/ou enviados para a África, raramente tinham condições para mandar buscar esposa e filhos no Brasil”.<sup>42</sup> As complexas questões e decisões que se impunham aos militantes nesses casos podem apenas ser imaginadas, levando-se em conta a grande possibilidade de fragmentação definitiva dos laços familiares como horizonte para aqueles regularmente envolvidos em atos contestatórios.

Dentre esses, poderia haver os que traziam alguma experiência militante conformada no exterior, embora essa não fosse a regra, de acordo com os processos de expulsão.<sup>43</sup> Este foi o caso de outro insurreto, Joaquim Monteiro, que ao ingressar no Brasil, em 1911, buscava fugir de Portugal devido ao seu ativismo político. Monteiro, estucador e membro da União dos Operários da Construção Civil (entidade envolvida no movimento grevista de novembro de 1918 e considerada bastante radical na conjuntura em tela), enfrentaria um processo de expulsão em 1920, acusado de fabricar bombas de dinamite, possuir jornais libertários e ser um “elemento pernicioso à sociedade e comprometedor da tranquilidade pública”.<sup>44</sup> O mais comum, contudo, era que os imigrantes processados tivessem entrado no país ainda na infância ou na adolescência,<sup>45</sup> sendo que “a maioria dos cidadãos processados, principalmente os portugueses, tinha uma longa residência no país”.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. “Ventos anarquistas do além-mar. A militância portuguesa e o anarquismo no Rio de Janeiro, através do estudo de casos”. In: *Navegar* Revista de Estudos de E/Imigração (Dossiê: Imigração e anarquismo: experiência migrante e militância libertária), vol. 3, n. 4, Jan.-Jun. 2017, p. 138, nota 38.

<sup>43</sup> MENEZES, “Bastidores: um outro olhar”, op. cit., p. 75-76.

<sup>44</sup> Arquivo Nacional, Fundo Justiça – Expulsões, Módulo 101, IJJ 7 163.

<sup>45</sup> MENEZES, “Bastidores: um outro olhar”, op. cit., p. 76.

<sup>46</sup> MENEZES, Idem, p. 81.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na realidade, mais interessante do que pensar em termos de hierarquizações entre o elemento estrangeiro e o nacional, busamos ater-nos às trocas e contatos efetuadas pelas redes transatlânticas que ligavam o Brasil a Portugal e eram acionadas com diferentes finalidades. A convivência entre os trabalhadores e a experiência conjunta de exploração e pauperização podiam sedimentar uma identidade classista, que por vezes se sobressaía em relação às divisões nacionais.<sup>47</sup> Com efeito, como assevera Francisco Martinho, “não havia, pois, um comportamento padrão”, sendo possível encontrarmos “tanto portugueses como brasileiros pacíficos quanto combativos”. Nesse sentido, é notável que “na maioria das vezes, a escolha em prol de um comportamento aguerrido deu-se já no Brasil, em virtude das frustrações advindas em decorrência de um sonho de fortuna não realizado”.<sup>48</sup>

Na realidade, os contatos que vinculavam as duas classes operárias eram variados. Campanhas de solidariedade em favor de militantes presos cruzavam o oceano, como comprova documento elaborado pela Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e entregue em mãos do representante do governo português na capital federal em junho de 1913. Ameaçando mobilizar o apoio da Confederação Operária Brasileira, “para que a mesma agitação se estenda por vários Estados”, caso não fossem libertados os ativistas encarcerados e não cessassem as violências contra as organizações operárias, a declaração, publicada no Brasil e em Portugal, era assinada por um insurgente de 1918, o pernambucano José Elias da Silva.<sup>49</sup> Apoios econômicos também podiam vincular os movimentos operários e anarquistas das duas nações, como atesta a passagem de Astrojildo Pereira por Lisboa, em 1910, quando visitou a revista anarquista *A Sementeira* e entregou contribuições de militantes brasileiros em seu benefício.<sup>50</sup> A leitura desta revista, aliás, era indicada aos trabalhadores do Rio pelo periódico *A Guerra Social*, folha publicada entre 1911 e 1912, primeiramente no Rio e depois em São Paulo, que contava entre seus colaboradores com militantes que participaram da insurreição de 1918, tais como Carlos Dias e o mencionado Astrojildo Pereira.<sup>51</sup>

---

<sup>47</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo, Difel, 1976, p. 37.

<sup>48</sup> MARTINHO, “Imigração portuguesa e movimento operário”, op. cit., p. 431.

<sup>49</sup> RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas e os sindicatos – Portugal, 1911-1912*, Editora Sementeira, SCARL, Lisboa, 1981, p. 25.

<sup>50</sup> RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1969, p. 283-284.

<sup>51</sup> RODRIGUES, *Socialismo e sindicalismo no Brasil*, op. cit., p. 289.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A imprensa operária, sem dúvida, conformou um dos principais fatores que concorreram para as conexões entre os movimentos operários e anarquistas dos dois lados do Atlântico – português e brasileiro. O intercâmbio de publicações entre ambos os países era fundamental para propiciar o trânsito de ideias, uma vez que “o repertório que circulava no Brasil era similar ao de Portugal”. Tal dinâmica era impulsionada pelo idioma em comum, mas também pelos contatos frequentes entre os militantes.<sup>52</sup>

Dessa forma, corroboramos a afirmação do historiador Alexandre Samis, pois:

“Uma ponte atlântica galvanizada pela ideologia poderia fazer do oceano um fator de integração e não um fosso coberto por massa de água salgada [...] Eram as pontes sobre o Atlântico que, longe da representação do emblema da distância, cumpriam o papel inverso, transformando a massa líquida em corredor para a revolução. O internacionalismo, nessa aparente contradição, consumava-se com a partida; mas para ensejar encontros, em outras terras, em favor da classe operária.”<sup>53</sup>

São essas possibilidades de contatos e coordenações que tornam factível assumir que a Insurreição Anarquista de 18 de novembro de 1918, ocorrida no Rio de Janeiro exatamente no mesmo dia que um levante similar aconteceu em território português, foi provavelmente fruto dessas articulações. Há alguns elementos que podem sustentar a pertinência dessa hipótese. O primeiro ponto que devemos considerar é que a Insurreição Anarquista ocorreu num contexto de severa crise social, bastante agravada pelas consequências econômicas decorrentes da Primeira Guerra Mundial. Além disso, o cenário era de intensificação das lutas operárias presentes na conjuntura 1917-1920, quando expectativas de transformação radical da sociedade foram compartilhadas por importantes parcelas da classe operária em nível nacional e internacional, no que já foi denominado de um “ciclo de agitação social global”.<sup>54</sup> A Revolução Russa, obviamente, é outro fator de influência e inspiração para os dois movimentos operários – português e

---

<sup>52</sup> PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. “A mesma classe, a mesma luta, o mesmo idioma. Breves notas sobre a circulação da imprensa operária publicada no Brasil e em Portugal”. In: Anais do IX Encontro Regional de História da ANPUH-RS. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008, p. 11.

<sup>53</sup> SAMIS, *Minha Pátria é o mundo inteiro*, op. cit., p. 157 e 366.

<sup>54</sup> PEREIRA, Joana Dias. “O ciclo de agitação social global de 1917-1920”. In: *Ler História*[Online], 66, 2014. (Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/720#quotation>. Acesso em: março de 2019.)

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

brasileiro. De forma similar, enquanto os insurretos radicados no Brasil pretendiam implantar uma República de Operários e Soldados, nos moldes soviéticos, os anarquistas portugueses comprometidos com a revolução social que traria a emancipação humana em relação ao patronato e ao sistema capitalista, acreditavam “na possibilidade da expansão dos soviets como modelo organizativo por toda a Europa”. Assim,

Em um momento em que a Revolução Russa ainda não passara pela bolchevização absoluta, o desejo comum de uma pátria operária, sem fronteiras e de fato livre parecia estar às vésperas de sua realização, necessitando para isso apenas que, em cada país, fossem aproveitadas as condições no sentido de se operar a grande insurreição.<sup>55</sup>

A coincidência das datas para os levantes delata, para além da simultaneidade, o “esforço dos organizacionistas dos dois países” que envidavam um empenho constante em apoio à ações revolucionárias coordenadas “por cima das fronteiras”, como propunha Neno Vasco, naquela altura retornado ao seu torrão natal.<sup>56</sup> A corrente organizacionista, influenciada diretamente pelas concepções de Errico Malatesta sobre a necessidade de se encetar “uma relação, clara e orgânica entre os libertários” num agrupamento partidário não-eleitoral, entendia o sindicato como um meio privilegiado “para unir os trabalhadores e fazer a necessária propaganda”, com vistas a erigir “uma organização anarquista com manifesto lastro operário”.<sup>57</sup> Os anarquistas organizacionistas que adotavam a estratégia sindicalista revolucionária – e este é outro ponto que liga as experiências portuguesa e brasileira, naquela conjuntura – intentavam tornar possível a eclosão de uma revolução de caráter social. Não por acaso, o mesmo modelo insurrecional foi implementado nos dois lados do Atlântico: a concretização de uma iniciativa revolucionária no bojo de uma greve geral.<sup>58</sup> Outra convergência pode ser notada nas tentativas, por parte dos anarquistas organizacionistas de ambos os países, de se criar novas organizações políticas de abrangência nacional, uma vez que a experiência do 18 de novembro de 1918, havia deixado claro as limitações das modalidades organizativas dos revolucionários ácratas.

---

<sup>55</sup> SAMIS, *Minha pátria é o mundo inteiro*, op. cit., p. 436.

<sup>56</sup> Idem, p. 446.

<sup>57</sup> SAMIS, Alexandre. “Contra limites e fronteiras: Neno Vasco e o anarquismo em dois continentes”. In: *Navegar* Revista de Estudos de E/Imigração (Dossiê: Imigração e anarquismo: experiência migrante e militância libertária), vol. 3, n. 4, Jan.-Jun. 2017, p. 17.

<sup>58</sup> SAMIS, *Minha pátria é o mundo inteiro*, op. cit., p. 447.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Assim, em 1923, surgia em terras lusitanas a União Anarquista Portuguesa, com o objetivo de cumprir aquela meta organizacional. Por seu turno, os militantes libertários brasileiros, logo após o fracasso de sua insurreição, “animados também pela conjuntura internacional, passaram a investir [...] na consolidação ou criação de órgãos de contornos políticos que aglutinassem nacionalmente os grupos anarquistas afinados com tal corrente”.<sup>59</sup> A constituição de um Partido Comunista Anarquista (sem pretensões eleitorais), em 1919, e a criação de seu jornal porta-voz (*Spártacus*) no mesmo ano, caminhavam para esse mesmo fim colimado pelos organizacionistas, como José Oiticica e Astrojildo Pereira, lideranças reconhecidas da insurreição de 1918.

Se considerarmos, além do que foi exposto, que havia uma constante troca de correspondências e de artigos entre os militantes das duas nações partidários dessa corrente,<sup>60</sup> podemos considerar provável a existência de articulações entre os dois espaços com vistas a um levante conjunto naquele 18 de novembro de 1918.

### Considerações finais

Levando-se em conta a dimensão plural do anarquismo, concordamos com Lená Menezes quando afirma, fundada no exame dos processos de expulsão, que na Primeira República brasileira, “os portugueses fizeram-se presentes em todas as suas manifestações”, participando ativamente desde “ações educativas à prática da violência”, atuando em greves, sindicatos, publicações periódicas e mesmo em insurreições.<sup>61</sup> E isto não significa que apenas houvesse influência dos imigrantes portugueses sobre o movimento operário e anarquista brasileiro. Pelo contrário, as trocas e conexões entre os militantes e suas organizações inspiravam-se e apoiavam-se mutuamente. A esse respeito, talvez, valha a pena concluirmos com as palavras de Neno Vasco, português que teve no Brasil um período determinante para sua formação de militante e teórico do anarquismo, gozando de reconhecimento internacional:

Nossa permuta de ideias, de correspondência, de publicações, de contribuições pecuniárias – e sobretudo de homens, para o

---

<sup>59</sup> Idem, p. 476, nota 36.

<sup>60</sup> Idem, p. 464.

<sup>61</sup> MENEZES, “Ventos anarquistas do além-mar”, op. cit., p. 122-123.

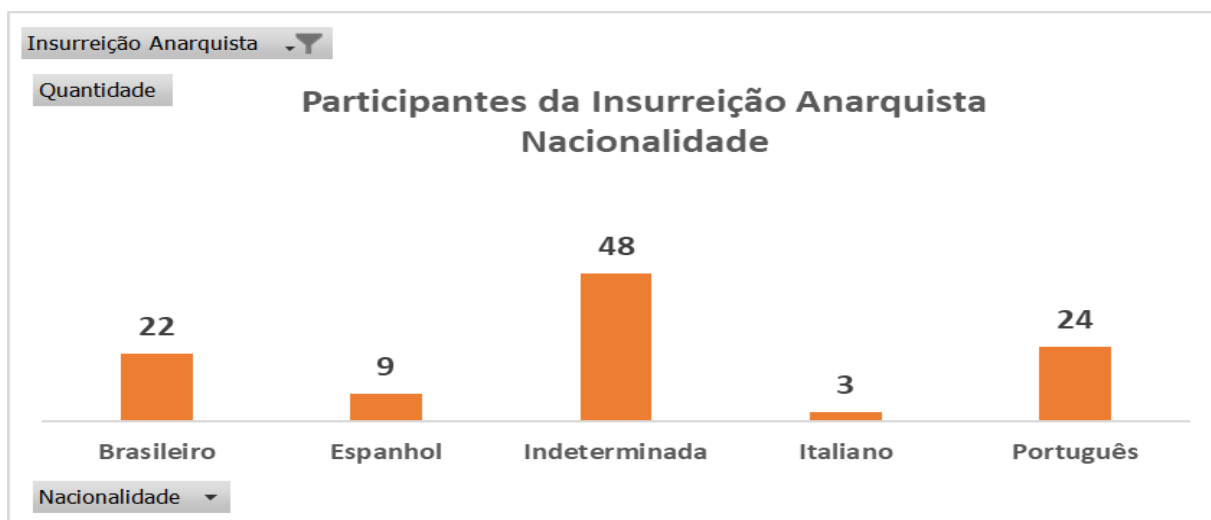
# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conhecimento direto e pessoal dos ambientes e das pessoas – muito terão a ganhar o movimento anarquista de Portugal e do Brasil, pois há faixas recíprocas que os dois, melhor ou pior, poderão suprir, amparando-se.

Não será certamente o Portugal anarquista – digamos assim! – o que menos lucrar, pois que, por exemplo o Brasil, nos proporciona ambientes cosmopolitas, cujo conhecimento pessoal nos alargaria os horizontes intelectuais, pondo-nos em contato mais direto com os diversos meios libertários e socialistas do mundo inteiro. Aos anarquistas portugueses – para refletirem.<sup>62</sup>

## Anexo

Gráfico 1



<sup>62</sup> VASCO, Neno. "O movimento anarquista no Brasil". In: *A Sementeira*, Lisboa, maio de 1911, p. 263.